

PEIC

Relatório mensal

Elaborado por: André Spalenza,
Gercione Dionizio e Eduarda Gripp.



EM ABRIL, INADIMPLÊNCIA CAIU PARA 32,6% E 39 MIL CAPIXABAS SAÍRAM DO ATRASO

COM CINCO QUEDAS SEGUIDAS, A INADIMPLÊNCIA RECUOU, MAS OS DEVEDORES RESTANTES ENFRENTAM TÍQUETE MÉDIO MAIOR, DE R\$ 1.542,50

O QUE ACONTECEU?

A inadimplência caiu pelo quinto mês seguido, atingindo 32,6% em abril. A redução, concentrada nas famílias de menor renda, tirou cerca de 39 mil pessoas da condição de inadimplentes, embora o saldo e o tíquete das dívidas negativas tenham aumentado.

COMO ISSO AFETA A ECONOMIA CAPIXABA?

A melhora na inadimplência reduz gastos com juros, libera renda e fortalecendo o consumo. O cenário pode aumentar o acesso ao crédito, favorece o comércio criando um ambiente mais propício a decisões de compra no curto prazo.

QUAIS OS RISCOS E AS OPORTUNIDADES?

A melhora da inadimplência favorece a recomposição do consumo e reabre portas para o crédito, estimulando a economia. Contudo, a elevação do tíquete médio e no maior peso das dívidas entre quem segue inadimplente segue sendo um fator de risco, pois é uma condição que pode comprimir a renda disponível das famílias.

CARACTERÍSTICAS DA INADIMPLÊNCIA

Taxa geral
32,6%

Até 10 salários
36,8%

Acima de 10 salários
8%

Dívidas negativadas
5,39 mi (+100 mil)

Saldo da dívida negativada
8,31 bi (+R\$ 242 mi)

Tíquete médio
R\$ 1.542,50 (+R\$ 18,84)

CARACTERÍSTICAS DO ENDIVIDAMENTO

Endividamento
Geral
87,5%

Até 10 salários
88,8%

Acima de 10 salários
78,5%

Principal fonte por renda
(exceto cartão de crédito)

Crédito pessoal (até 10 salários)

Financiamento imobiliário (acima de 10 salários)

Comprometimento médio da renda
30,5% (até 10 salários)
24,7% (acima de 10 salários)

PERFIL DA INADIMPLÊNCIA

Dinâmica da inadimplência indica alívio, mas dívidas remanescentes ficam mais pesadas

Em abril, o Espírito Santo registrou a quinta queda seguida na taxa de inadimplência, que alcançou 32,6%, recuo de 0,9 ponto percentual em relação ao mês anterior. O movimento ocorre em um período importante para o comércio, marcado pelas vendas do Dia das Mães.

A diminuição da inadimplência amplia a folga financeira das famílias, pois reduz gastos com juros e libera mais renda após o pagamento das contas do mês. Esse alívio no orçamento tende a favorecer o consumo. Além disso, a melhora na adimplência contribui para a

recuperação do acesso ao crédito, permitindo que as famílias utilizem novas modalidades de financiamento e, assim, reforcem o potencial de expansão das compras no período.

Em decorrência da redução de 0,9 ponto percentual na inadimplência no Espírito Santo, cerca de 39 mil capixabas conseguiram regularizar suas dívidas em atraso. No entanto, o total de inadimplentes registrado em abril de 2026 permanece acima do observado em abril de 2025, período em que o índice de inadimplência atingiu 32%.

Taxa de inadimplência (%), por renda, Espírito Santo, abril de 2026

	abr/26	mar/26	2025		Brasil
			abril	média	abril
Inadimplência GERAL	32,6	33,5	32,0	33,8	29,7
Inadimplência por RENDA DA FAMÍLIA					
até 10 salários mínimos	36,8	38,0	36,0	37,9	33,1
acima de 10 salários mínimos	8,0	8,0	8,0	10,2	14,9
NÚMERO de pessoas inadimplentes (valores em milhões)					
até 10 salários mínimos	1,28	1,32	1,25	1,32	
acima de 10 salários mínimos	0,04	0,04	0,04	0,06	

Fonte: CNC e SIDRA/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A redução da inadimplência em abril foi impulsionada pelas famílias com renda de até 10 salários mínimos, cuja taxa passou de 38,0% em março para 36,8% em abril, representando uma queda de 1,2 ponto percentual. Entretanto, esse índice permanece 0,8 ponto percentual acima do registrado em abril de 2025, quando a inadimplência desse segmento era de 36%.

Por sua vez, a inadimplência entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos permaneceu estável, situando-se em 8%.

Em ambos os grupos, as taxas de inadimplência das famílias capixabas em abril ficaram abaixo das médias observadas em 2025, com 37,9% para famílias com renda até 10 salários mínimos e 10,2% para aquelas com

rendimento superior. Apesar disso, as famílias capixabas continuam apresentando índices de inadimplência superiores à média nacional.

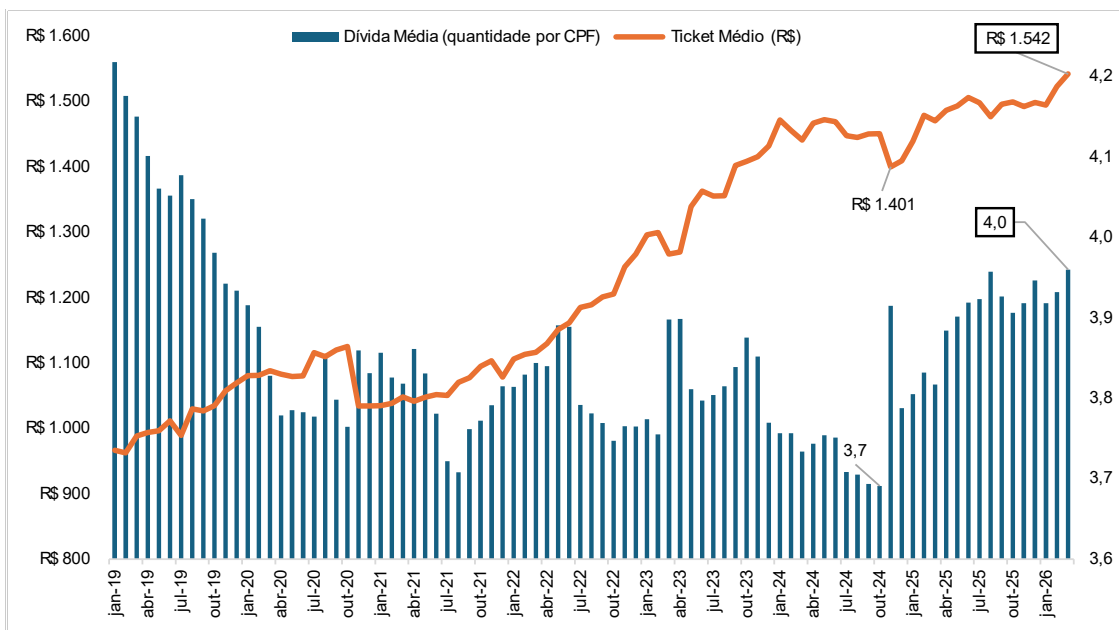
Apesar da queda da inadimplência, o saldo da dívida negativada no Espírito Santo, assim como o tíquete médio dessa dívida, tem apresentado aumento nos últimos dias. Isto pode indicar que apesar da redução no número de pessoas inadimplentes no estado, aquelas que permanecem encontram em pior situação financeira.

Segundo informações do Serasa Experian, o estado registrou aproximadamente 5,39 milhões de dívidas negativadas em março,

representando um acréscimo de quase 100 mil novos registros em relação a fevereiro de 2025. O montante total da dívida negativa no Espírito Santo atingiu R\$ 8,31 bilhões, indicando um aumento de R\$ 242 milhões no saldo.

Como resultado, a média de dívidas por pessoa alcançou 3,96 no mês de março. Adicionalmente, o valor médio por dívida subiu de R\$ 1.523,66 em fevereiro para R\$ 1.542,50 em março. Essa elevação reflete uma tendência de aumento no custo financeiro da inadimplência para os consumidores capixabas, intensificando ainda mais a pressão sobre o orçamento das famílias.

Tíquete e dívida média, Espírito Santo, de janeiro de 2019 a março de 2026



Fonte: Serasa Experian. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Apesar da redução contínua na taxa de inadimplência pela quinta vez consecutiva, os devedores remanescentes apresentam elevação tanto no montante das dívidas quanto no número de contas em atraso.

Em abril de 2026, observou-se uma expectativa favorável entre os indivíduos com débitos pendentes quanto à possibilidade de quitação total das obrigações. Para famílias

com renda de até 10 salários mínimos, o percentual que declara ser capaz de liquidar todas as dívidas em atraso atingiu 16,6% em abril, representando um incremento de 1,1 ponto percentual em relação a março (15,4%). Já entre aquelas com renda superior a 10 salários mínimos, esse índice alcançou 50%, com aumento de 12,5 pontos percentuais.

Características das dívidas em atraso (%), por renda, Espírito Santo, abril de 2026

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	abr/26	mar/26	abr/26	mar/26
Condições de pagamento				
Total	16,5	15,4	50,0	37,5
Parcial	23,2	24,8	18,8	43,8
Sem condições	60,3	59,8	31,3	18,8
Tempo de atraso				
Até 30 dias	16,8	16,7	25,0	18,8
Entre 30 e 90 dias	23,6	23,9	31,3	37,5
Acima de 90 dias	59,6	59,5	43,8	43,8

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.
Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

Em abril, o perfil de atraso das dívidas entre famílias com renda de até 10 salários mínimos permaneceu estável. Observa-se maior concentração de dívidas em atraso superior a 90 dias (59,6%), enquanto os casos de atraso de até 30 dias apresentam o menor percentual, 16,8%.

Nas famílias com renda acima de 10 salários mínimos, houve aumento no percentual de dívidas com atraso máximo de 30 dias, atingindo 25%, um acréscimo de 6,2 pontos percentuais. Contudo, as dívidas em atraso superior a 90 dias permanecem predominantes, representando 43,8% do total.



PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

Estrutura das dívidas mostra maior pressão para famílias de menor renda

Em abril, o Espírito Santo apresentou estabilidade na taxa geral de endividamento, fixando-se em 87,5%. O desempenho do indicador permaneceu praticamente inalterado em relação ao mês anterior, quando registrava

87,8%. Embora a variação tenha sido pequena, o nível atual é inferior ao verificado em abril de 2025, período em que o endividamento atingiu 89,2%, mantendo-se acima da média nacional de 80,9%.

Taxa de endividamento, por renda, Espírito Santo, abril de 2026

	abr/26	mar/26	2025		Brasil
			abril	média	abril
Endividamento GERAL	87,5	87,8	89,2	88,6	80,9
Endividamento por RENDA DA FAMÍLIA					
até 10 salários	88,8	89,3	90,3	89,9	83,1
acima de 10 salários	78,5	77,5	82,0	79,9	70,8

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A análise por faixa de renda indica diferentes tendências entre os grupos familiares. Entre famílias com rendimento de até dez salários mínimos, o índice de endividamento atingiu 88,8% em abril, representando uma redução ante o mês anterior, quando era de 89,3%. Este percentual permanece ligeiramente inferior ao registrado em abril de 2023, que foi de 90,3%, porém continua em um patamar historicamente elevado. Já para famílias com renda acima de dez salários mínimos, verificou-se aumento no endividamento, passando de 77,5% em março para 78,5% em abril, ainda abaixo do índice observado em abril de 2025, que era de 82%.

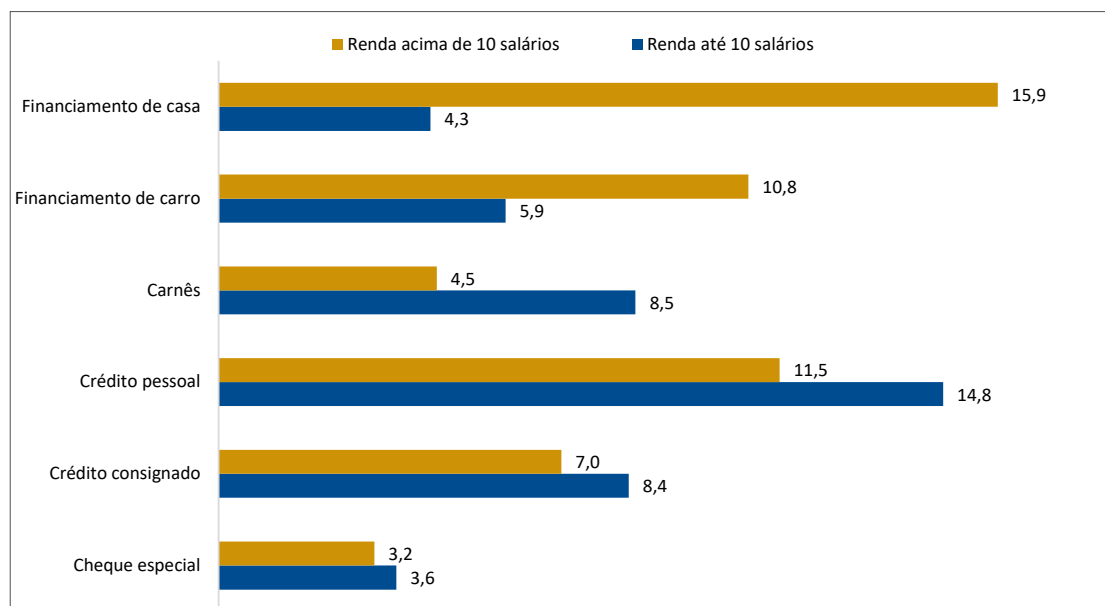
O cartão de crédito continua sendo a principal fonte de endividamento das famílias capixabas. Em abril de 2026, o uso do cartão chegou a 92,9% das famílias com renda de até 10 salários-mínimos, o que representa um aumento de 0,3 ponto percentual. Entre

as famílias com renda acima de 10 salários-mínimos o uso do cartão apresentou queda de 0,6 ponto percentual, chegando a 97,5%.

Ademais, nas famílias com renda acima de 10 salários mínimos, o financiamento imobiliário predomina, alcançando 15,9% dos entrevistados, enquanto nas famílias com renda de até 10 salários mínimos essa modalidade responde por apenas 4,3%.

O financiamento de veículos apresenta uma distribuição mais uniforme, sendo 10,8% entre famílias com renda mais elevada e 5,9% entre aquelas com renda de até dez salários mínimos. Modalidades associadas ao consumo corrente, como carnês, continuam mais prevalentes nas famílias com renda de até 10 salários mínimos, com participação de 8,5%, frente a 4,5% nas com renda acima de 10 salários mínimos.

Principais fontes de endividamento (exceto cartão de crédito), abril de 2026



Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Nota: os valores representam o percentual de pessoas que declararam possuir dívida na respectiva fonte.

O crédito pessoal mantém-se como um dos principais instrumentos de endividamento em ambos os grupos analisados, com incidência de 14,8% entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos e de 11,5% entre as com renda acima de 10 salários mínimos. O crédito consignado apresenta proporções próximas, levemente superior para famílias com renda até dez salários mínimos (8,4%). Já o cheque especial permanece com participação reduzida nos dois segmentos, situando-se em torno de 3%.

A análise das características das dívidas reforça as distinções entre as diferentes faixas de renda. Entre famílias com renda até dez salários mínimos, 46,5% relataram possuir dívidas de curto prazo, contra 53,4% que possuem compromissos de longo prazo. No grupo com renda acima de 10 salários míni-

mos, prevalecem dívidas de curto prazo, representando 54,1%, enquanto aquelas com prazo superior a seis meses alcançam 45,9%. A destinação da renda comprometida também revela diferenças significativas.

No segmento com renda de até 10 salários mínimos, 24,6% das famílias comprometem até 10% da renda, 49% destinam entre 11% e 50% e 25,8% alocam mais de metade da renda mensal ao pagamento de dívidas. Entre as famílias com renda superior a dez salários mínimos, 36,3% comprometem até 10% dos rendimentos, 55,4% destinam entre 11% e 50% e apenas 8,3% direcionam mais de 50% da renda ao serviço da dívida. Em abril, o comprometimento médio ficou em 30,5% para famílias com renda de até 10 salários mínimos e 24,7% para aquelas de maior poder aquisitivo.

Características das dívidas a pagar (%), por renda, Espírito Santo, abril de 2026

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	abr/26	mar/26	abr/26	mar/26
Tempo de comprometimento com dívidas				
Dívidas de curto prazo (até 6 meses)	46,5	44,7	54,1	51,0
Dívidas de longo prazo (acima de 6 meses)	53,4	55,0	45,9	49,0
Renda comprometida com dívidas				
até 10%	24,6	23,1	36,3	33,5
de 11% a 50%	49,0	50,3	55,4	59,4
acima de 50%	25,8	26,4	8,3	7,1
<i>Comprometimento médio</i>	30,5	30,9	24,7	25,0

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.
Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

Assim, apesar da estabilidade do endividamento total, o perfil das dívidas das famílias capixabas varia conforme a renda. Famílias com até dez salários mínimos seguem mais expostas ao crédito para consumo e têm maior comprometimento de renda, enquanto as de renda superior concentram dívidas

em financiamentos imobiliários e curto prazo, com maior capacidade de reorganização financeira. Assim, mesmo com estabilidade no endividamento, a composição e a capacidade de pagamento diferem entre os grupos, exigindo atenção especial às famílias mais vulneráveis.





PERCEPÇÕES QUALITATIVAS GRUPO FOCAL

Com o objetivo de complementar a análise dos dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), foi realizado um grupo focal com consumidores residentes na Grande Vitória, todos trabalhadores formais (CLT), com idade entre 25 a 41 anos e em diferentes faixas de renda e formação familiar. A abordagem qualitativa permite aprofundar a compreensão sobre as motivações, percepções e estratégias adotadas pelas famílias no uso do crédito, especialmente diante de imprevistos financeiros.

Os relatos evidenciam que, independentemente do nível de renda, o crédito pessoal é percebido como um recurso recorrente para lidar com despesas inesperadas, ainda que associado a custos mais elevados. A seguir, são apresentados trechos da discussão conduzida com os participantes. Confira:

Mediador: Os dados mostram que o crédito pessoal tem uma participação relevante entre as famílias, independentemente da renda, muitas vezes associado a situações inesperadas. Na percepção de vocês, quando o crédito acaba sendo necessário?

Entrevistado 1: Acho que é muito por causa de imprevisto mesmo. Sempre aparece alguma despesa inesperada, alguma coisa que a gente não estava contando, e aí precisa resolver. Nessas horas, o crédito pessoal acaba sendo o que a pessoa consegue acessar mais rápido.

Entrevistado 2: É isso, um imprevisto. Nem sempre dá pra planejar, e nem todo mundo consegue outras opções, como consignado. Então acaba recorrendo ao crédito pessoal, mesmo sabendo que o juro é mais alto.

Mediador: E no caso de compras maiores, como vocês avaliam a escolha pelo crédito?

Entrevistado 3: A gente pesquisou bastante antes de comprar o carro, até em bancos, pra ver o que era mais viável e onde o juro seria menor. Também olhamos o valor final, porque às vezes parece barato na hora, mas no total acaba ficando mais caro.

Entrevistado 4: No meu caso, eu tento equilibrar. Às vezes é melhor pegar parcelas um pouco maiores, mas que não pesem tanto no final, ou pelo menos que não comprometam demais o orçamento.

Mediador: O que mais pesa na decisão: o valor da parcela ou o custo total da dívida?

Entrevistado 2: A parcela pesa muito, porque é o que a gente sente no mês. Se couber no orçamento, já facilita bastante.

Entrevistado 3: Eu tento ter o olhar o total. Às vezes a parcela é menor, mas o valor final fica bem mais alto, então a gente tenta fazer essa conta antes de decidir.

Mediador: E quando a dívida atrasa, como vocês costumam agir?

Entrevistado 1: Já fiquei mais de um ano com dívida em atraso. Depois que consegui me organizar melhor, fui direto no banco, negocie, dei uma entrada e parcelei o restante. Consegui resolver assim.

Entrevistado 4: No meu caso, deixei acumular uns dois meses no cartão de crédito. Quando vi que estava ficando alto, entrei em contato com o banco, expliquei a situação e negocie uma entrada para tentar reduzir o valor.

Mediador: Vocês costumam negociar diretamente com o banco?

Entrevistado 1: Sim, fui direto. Quando a situação melhorou, procurei o banco, negocie e consegui quitar a dívida.

Entrevistado 4: Também fiz direto com o banco. Hoje evito usar crédito com juros altos, porque sei que pode virar uma bola de neve se não controlar.

Mediador: E como vocês lidam com os juros no dia a dia?

Entrevistado 1: Tem que tomar muito cuidado, porque os juros são altos. Se deixar acumular, vira uma bola de neve. Então ou

negocia, ou tenta resolver antes que cresça demais.

Entrevistado 3: Quando possível, é melhor pegar um crédito com juros fixos e parcelado, do que deixar no rotativo ou em atraso, que acaba ficando mais caro.

Mediador: Vocês comparam as opções antes de decidir como pagar ou parcelar?

Entrevistado 1: Sim. Às vezes você tem uma dívida e não consegue pagar à vista, então começa a olhar as opções: pix parcelado, cartão de crédito, banco. Aí compara quanto vai pagar em cada uma.

Entrevistado 3: Às vezes no pix parcelado o valor final fica maior do que no cartão. Então tem que fazer essa conta antes, ver qual opção compensa mais.

Mediador: E qual é a melhor estratégia nesses casos?

Entrevistado 1: O ideal é não deixar vencer, mas quando acontece, o melhor é negociar. Porque deixar acumular demais pode piorar muito a situação.

Entrevistado 2: Eu sempre tento ver o que cabe no orçamento e o que vai pesar menos no longo prazo, porque senão a dívida vai crescendo.



Os relatos do grupo focal sugerem que o uso do crédito pelas famílias está fortemente associado à necessidade de lidar com imprevistos e à resolução de demandas imediatas, independentemente da faixa de renda. Observa-se que, mesmo diante de taxas de juros elevadas, o crédito pessoal permanece como uma alternativa recorrente, especialmente pela sua maior acessibilidade em comparação a modalidades mais restritas, como o consignado. Além disso, as decisões tendem a priorizar o valor das parcelas e sua adequação ao orçamento mensal, embora haja também uma preocupação crescente com o custo total da dívida.

Outro ponto relevante refere-se à dinâmica

de atraso e renegociação. Os relatos indicam que parte dos consumidores recorre à negociação direta com instituições financeiras após períodos de inadimplência, buscando reduzir encargos e reestruturar o pagamento. Ao mesmo tempo, evidencia-se maior atenção às diferentes modalidades de crédito disponíveis, com comparação entre opções como crédito rotativo, parcelamentos e alternativas digitais, na tentativa de minimizar o impacto financeiro. Esse conjunto de comportamentos aponta para um consumidor mais ativo na gestão de suas dívidas, ainda que condicionado por restrições de renda e pela necessidade de equilibrar compromissos financeiros no curto prazo.



Notas Metodológicas

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresenta o perfil do compromisso financeiro (endividamento) e a capacidade de pagamento (inadimplência) das famílias capixabas. De forma complementar, também foram usados os dados do Serasa Experian, com características gerais da dívida capixaba. A análise destes dados permite entender quais os impactos do endividamento e da inadimplência no consumo futuro destas famílias. Foram usados dados referentes a maio (Serasa) e junho (CNC) de 2025. Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de consumo futura.

Os principais indicadores da Peic são:

- Percentual de famílias endividadas – consumidores que declaram ter dívidas na família nas principais modalidades;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Tempo de comprometimento com dívidas – até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano;
- Percentual de famílias com contas/dívidas em atraso – consumidores com contas ou dívidas atrasadas no mês;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual dos que afirmam que não terão condições de pagar as contas e/ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Tempo de atraso no pagamento – até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias.

A estimação do número de famílias endividadas ou inadimplentes foi estimada a partir das informações divulgadas pela CNC e pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022. Para determinar o número de famílias, a ideia de núcleo familiar da CNC (pessoas que moram com o entrevistado) foi extrapolada para ideia de domicílio particular permanente ocupado do IBGE (local estruturado, separado e independente, destinado a habitação de uma ou mais pessoas).

Assim,

$NFE = PFE \times NDPPO$

Sendo:

NFE – Número de famílias endividadas apresentado pela Equipe Connect/Fecomercio

PFE – Percentual de famílias endividadas, disponibilizado pela CNC

NDPPO – Número de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, divulgados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2024.

EXPEDIENTE: Presidente do Sistema Fecomércio-ES/Sesc/Senac: Idalberto Luiz Moro | Diretor Sesc-ES: Luiz Henrique Toniato | Diretor Senac-ES: Richardson Schmittel | Superintendente Fecomércio-ES: Wagner Corrêa | Diretor de Relações Institucionais Fecomércio-ES: Cezar Wagner Pinto | Equipe Connect Fecomércio-ES: André Spalenza : Karina Tonini : Felipe Montini : Eduarda Gripp : Gercione Dionizio : Paulo Rody : Mateus Haddad : Samuel de O. Cabral | Tel.: 3205-0706 | www.fecomercio-es.com.br